

DESINFORMAÇÃO E O DECLÍNIO DO ESCLARECIMENTO*

IMPACTOS NA AUTONOMIA EPISTÊMICA E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Paulo Andrade Vitória**
Marinho Estevam Mendes***

RESUMO

Este artigo examina a desinformação como um fenômeno que dificulta o esclarecimento e a autonomia epistêmica. A pesquisa investiga os mecanismos que impulsionam a disseminação da desinformação, como a arquitetura das redes sociais, algoritmos e a polarização política. O estudo também explora a estrutura da desordem informacional, apresentando um modelo analítico que abrange terminologia, elementos constitutivos e fases de propagação. O conceito de pós-verdade é analisado, no qual a verdade factual é subordinada a crenças e emoções manipuladas por agendas ideológicas. Nesse sentido, a desinformação configura-se como ferramenta da pós-verdade, utilizada para manipular a opinião pública, semear a discórdia e minar a confiança em instituições e fontes de informação confiáveis. O ideal do esclarecimento kantiano é revisitado e problematizado na era da desordem informacional. A pesquisa justifica-se pela crescente complexidade do fenômeno, intensificado na última década: sua relevância reside na necessidade de compreender as dinâmicas e os mecanismos que impulsionam a disseminação da desinformação e a manipulação da verdade.

PALAVRAS-CHAVE: desinformação; esclarecimento; manipulação; verdade.

ABSTRACT

The article examines disinformation as a phenomenon that hinders enlightenment and epistemic autonomy. The research investigates the mechanisms that drive the spread of disinformation, such as the architecture of social networks, algorithms and political polarization. The study also explores the structure of informational disorder, presenting an analytical model that covers terminology, constituent elements, and phases of propagation. The concept of post-truth is analyzed, in which factual truth is subordinated to beliefs and emotions manipulated by ideological agendas. In this sense, disinformation is configured as a tool of post-truth, used to manipulate public opinion, sow discord and undermine trust in institutions and reliable sources of information. The ideal of Kantian enlightenment is revisited, problematizing it in the era of informational disorder. The research is justified by the growing complexity of the phenomenon, which has intensified in the last decade: its relevance lies in the need to understand the dynamics and mechanisms that drive the spread of disinformation and the manipulation of the truth.

KEYWORDS: disinformation; enlightenment; manipulation; truth.

* Artigo recebido em 29/05/2025 e aprovado para publicação em 20/06/2025.

** Doutor e mestre em Filosofia pela UFMG. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela FAJE. Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: pauloandradebh@gmail.com.

*** Graduando em Filosofia pela PUC Minas. Aluno Bolsista de iniciação científica modalidade FIP/PUC Minas. E-mail: marinho.mendes2025@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo empreende uma investigação de natureza epistemológica e política com o objetivo de analisar a desinformação enquanto um fenômeno que insidiosamente obstrui o esclarecimento e a capacidade dos indivíduos de exercerem sua autonomia epistêmica. A escolha do termo “desinformação” justifica-se pela inadequação do termo *fake news*,¹ que se revela como insuficiente para abarcar a complexa natureza da desordem informacional. Adicionalmente, sua apropriação por atores políticos e “mercadores da dúvida” (*merchants of doubt*), ao subverterem a expressão a um mecanismo de restrição à liberdade de imprensa, compromete a atuação da mídia fidedigna e a confiança pública na informação. Claire Wardle e Hossein Derakhshanem (2017, p. 8), em seu relatório *Desordem informacional*, esclarecem que debates em torno do termo *fake news* amiúde negligenciam a dimensão da desordem que abrange conteúdos visuais enganosos e manipulados. A desinformação (*Disinformation*), ao contrário, perpassa a mera disseminação de informações textuais falsas, antes, abrange o espectro de quaisquer conteúdos enganosos, manipulados e/ou fabricados, que visam distorcer a verdade. A título de exemplo, a manipulação de imagens e vídeos feitos por AI pode gerar narrativas falsas e distorcer a percepção da realidade, com graves implicações para a esfera pública. O fenômeno da desinformação manifesta-se, portanto, pela proliferação de quaisquer informações falsas, desinformação e/ou informação maliciosa que resulte em um ambiente informacional poluído.

Ademais, busca-se analisar como a arquitetura das redes sociais, impulsionada pelo compartilhamento de conteúdo emocional e pela busca de validação social, desempenha seu papel na desinformação. Os algoritmos de recomendação, projetados para maximizar o engajamento, podem criar “câmaras de eco” (*echo chambers*) e “filtros de bolhas” (*filter bubbles*)², em que os indivíduos são expostos apenas a informações que confirmam suas crenças preexistentes.

¹ Segundo o *Manual para educação e treinamento em jornalismo* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 7), “evita-se admitir que o termo *fake news* (notícias falsas) possua um significado direto ou comumente compreendido”. Verifica-se que o termo “notícias falsas” configura-se como um oxímoro (isto é, uma figura de linguagem que consiste na junção de dois termos contraditórios), uma vez que o termo “notícias” pressupõe informações verificáveis e de interesse público. A informação que não atende a esses critérios não se qualifica como notícia, tornando a expressão *fake news* uma clara contradição.

² Os conceitos dos termos filtros de bolhas e câmaras de eco, bem como da expressão *Astroturfing* serão devidamente elucidados na seção “Conceitos”.

O MITO DO ESCLARECIMENTO

Immanuel Kant (1985, p. 112), em sua obra *Was ist Aufklärung?*, postula que sua época era uma “época de esclarecimento”, mas não uma “época esclarecida” (aufgeklärt). Tal distinção ressalta a percepção de que, embora o terreno para o livre pensamento estivesse aberto, subsistiam dificuldades à plena realização da autonomia individual. Kant defendia que o esclarecimento, compreendido como a emancipação do homem de sua menoridade, exigia a capacidade de utilizar o próprio entendimento de forma autônoma, “sem a tutela de outrem”. Como é sabido, a menoridade, para Kant, manifesta-se na incapacidade de exercer o pensamento crítico e a tomada de decisões autônomas (ou logicamente fundamentadas). Nessa condição, a desordem informacional da contemporaneidade se expressa como um agravante da menoridade, poluindo o ambiente epistêmico e proliferando informações falsas, desinformação e informação maliciosa, impedindo os indivíduos de exercerem seu próprio entendimento de forma autônoma, perpetuando a dependência intelectual e a submissão a narrativas manipuladas. Ao manipular informações e explorar vieses cognitivos, a desinformação compromete a capacidade dos indivíduos de formarem crenças racionais e de tomarem decisões informadas. A luta contra a desinformação é, portanto, antes de tudo, uma luta pela defesa do esclarecimento e da autonomia individual.

A menoridade manifestada agrava-se pela dificuldade de discernir a credibilidade das informações em um ambiente informacional que é poluído. Tal dificuldade é ainda exacerbada pelas novas *geringonças* tecnológicas (ou pelo produto dos *delírios soviéticos de Harvard*), segundo as palavras de Nassim Taleb (2020, p. 9). Aqui, utilizam-se as plataformas de redes sociais como exemplo, que em sua arquitetura algorítmica contribuem para a disseminação da desinformação ao apresentar fontes diversas de forma indistinta, impulsionadas pelo compartilhamento de conteúdo emocional e pela busca de validação social. Ao analisarem os conceitos de filtros de bolhas e câmaras de eco, Wardle e Derakhshan (2017, p. 68) argumentam que as plataformas digitais, projetadas para maximizar o engajamento do usuário, pioram a polarização ao produzirem resultados de pesquisa restritos em que os indivíduos são expostos apenas a informações que confirmam suas crenças preexistentes. Essa exposição seletiva limita a capacidade de avaliar criticamente as informações e formar opiniões independentes, perpetuando a menoridade e a dependência intelectual.

Diante do cenário exposto, defronta-se esclarecimento e as novas vicissitudes da desordem informacional, observando-se um distanciamento progressivo da autonomia

epistêmica, resultante da poluição do ambiente informacional pelas redes (des)informacionais – sim, o ideal do esclarecimento decai em mito do esclarecimento. A proliferação de informações falsas, a manipulação algorítmica e a polarização *online* manifestam-se como obstáculos à busca pela verdade e à confiança nas instituições. Em seu livro *Bad beliefs*, o filósofo e pesquisador sênior da Universidade de Oxford Neil Levy (2022) argumenta que a convicção em fontes não confiáveis pode levar à formação de crenças ruins, e que o ambiente epistêmico pode ser poluído por informações incorretas. Levy propõe que a correção de crenças ruins requer a melhoria do ambiente epistêmico, em vez de apenas corrigir os déficits individuais de conhecimento ou racionalidade:

Argumentarei que aqueles que passam a acreditar em crenças ruins o fazem por aproximadamente os mesmos tipos de razões que aqueles que passam a acreditar em crenças boas. Não é porque eles são irracionais e nós não somos. É em grande parte porque deferimos a fontes confiáveis de evidências e eles deferem a fontes não confiáveis. Essa deferência, que pode ser explícita ou implícita, é em si racional em ambos os lados. Dado que somos animais sociais epistêmicos, é em grande parte através da deferência que chegamos a conhecer o mundo e gerar mais conhecimento. Os processos são muito semelhantes no nosso caso e no deles, e na maior parte estão além de qualquer reprovação. Dar conta de por que alguns de nós se perdem na formação de crenças requer que entendamos os mecanismos de deferência, os recursos dos agentes e do mundo que nos levam a confiar em uma fonte em vez de outra e como o testemunho pode ser implícito bem como explícito. Também nos abre para o mundo: requer que examinemos as características da paisagem epistêmica e como essa paisagem pode chegar a ser epistemicamente poluída (Levy, 2022, p. 14, tradução nossa).

Em consequência disso, a formação de crenças (um processo fundamental para a cognição humana) é intrinsecamente influenciada pelo ambiente informacional em que os indivíduos estão inseridos. A crença em informações errôneas, portanto, não deve ser automaticamente interpretada como um sinal de irracionalidade, mas sim como um resultado natural das complexas dinâmicas de aquisição de conhecimento. A chave para mitigar a formação de crenças ruins reside no desenvolvimento da capacidade de avaliação crítica das fontes de informação, no reconhecimento da influência do ambiente informacional em nossas crenças e na adoção de uma postura investigativa que inclua o questionamento da credibilidade das fontes, a verificação dos fatos e a consideração de diferentes perspectivas. Essa postura investigativa ativa rompe com a passividade dos “instrumentos mecânicos do uso racional” que perpetuam a menoridade, os preceitos e fórmulas (*Satzungen und Formeln*) citados por Kant (1985, p. 102); busca-se ativamente, desse modo, a verdade por meio da

análise e da consideração de diversas informações, em vez de aceitar acriticamente o que é apresentado.

2 PÓS-VERDADE: UMA ALDEIA POTESKIN CIENTÍFICA

A ciência, historicamente reconhecida como o campo informacional por excelência, tem sido instrumentalizada para diversos fins, incluindo o avanço do conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a formulação de políticas públicas. No entanto, a contemporaneidade testemunha uma crescente politização da informação científica, com implicações preocupantes para a integridade do processo de produção e disseminação do conhecimento. Segundo o Jornal New York Times (Yourish, 2025), o governo dos Estados Unidos, durante a segunda presidência de Donald Trump, implementou políticas de censura que restringiram o uso de determinados termos em documentos oficiais, *sites* governamentais, instituições de ensino financiadas pelo Estado, Forças Armadas e em candidaturas a financiamento para pesquisa científica, organizações não governamentais e programas de assistência humanitária. A lista de termos censurados inclui vocábulos como “*disinformation*”, “*activism*”, “*racism*”, “*transgender*”, “*diversity*”, entre outros. Essa censura representa uma forma de controle político da informação, que visa moldar o discurso público e restringir a liberdade de expressão e a autonomia científica. Decerto, meros golpes criptográficos não são suficientes para perfeitamente encapsular a corrupção descarada no coração da nova presidência de Trump.

A instrumentalização política da informação científica não se limita à censura de termos particulares. Ela abrange também a manipulação de dados, a supressão de resultados de pesquisa e a promoção de narrativas pseudocientíficas que atendam a interesses políticos e econômicos. A história dos Estados Unidos revela que a instrumentalização da ciência para o lucro de elites não é um fenômeno recente. Políticas públicas que incentivam o financiamento de pesquisas por interesses privados e a comercialização do conhecimento científico têm sido utilizadas para consolidar o poder econômico de grupos privilegiados. Muito antes de Trump (antes até mesmo de Roy Cohn...), Erik M. Conway e Naomi Oreskes (2010) revelam, em *Merchants of doubt*, a estratégia meticulosa de um grupo de cientistas, com vínculos a *thinktanks* políticos e industriais, na disseminação da dúvida sobre questões científicas cruciais. Essa estratégia utilizada pela indústria do tabaco, baseada na exploração da incerteza científica, foi posteriormente utilizada em debates sobre a chuva ácida, o buraco na camada de

ozônio e o aquecimento global, o que ilustra perfeitamente a instrumentalização da ciência para servir a agendas ideológicas e econômicas.

A estratégia central da indústria do tabaco era a fabricação da dúvida: destacam-se as incertezas e lacunas no conhecimento científico, em vez de negar diretamente a evidência que associava o fumo a doenças como o câncer de pulmão, argumentando não haver prova conclusiva dos danos do tabaco. Essa estratégia é mais bem encapsulada no infame memorando escrito pelos executivos da indústria do tabaco em 1969, ao declararem que “nosso produto é a dúvida” (*doubt is our product*), “pois ela é a melhor maneira de competir com o ‘conjunto de fatos’ existentes na mente do público em geral” (Conway; Oreskes, 2010, p. 34, tradução nossa). O que se mostrou extremamente eficaz, retardando por décadas a regulamentação e perpetuando o consumo de cigarros. O financiamento da desinformação foi a principal tática da indústria do tabaco, segundo a pesquisa (Conway; Oreskes, 2010, p. 14), a indústria investiu milhões de dólares em pesquisas que desviassem a atenção dos efeitos nocivos do fumo, financiando estudos sobre outros fatores de risco para o câncer de pulmão, como poluição do ar e predisposição genética. Essa estratégia visava criar a ilusão de um debate científico em andamento, quando, na realidade, a comunidade científica já havia estabelecido um forte consenso sobre os perigos do tabaco.

A disseminação de desinformação, orquestrada por grupos com interesses econômicos e políticos, representa um grave desafio para a integridade do debate público e a formulação de políticas baseadas em evidências. A instrumentalização da desinformação, como demonstrado em diversos casos históricos, visa semear a dúvida sobre o consenso científico, atacar cientistas e influenciar políticas públicas para proteger interesses particulares. A campanha de desinformação orquestrada por grupos ligados à indústria de combustíveis fósseis, com o objetivo de negar os impactos da chuva ácida, exemplifica a estratégia de instrumentalização da desinformação: segundo Conway e Oreskes (2010, p. 89), a indústria, ao financiar pesquisas alternativas e atacar cientistas que alertavam sobre o problema, buscou minimizar os riscos da emissão de dióxido de enxofre na atmosfera. A indústria de clorofluorocarbonetos (CFCs) utilizou táticas semelhantes para questionar a ciência que demonstrava a destruição da camada de ozônio por esses compostos químicos (Conway; Oreskes, 2010, p. 114), financiando pesquisas alternativas, atacando cientistas que alertavam sobre o problema e tentando minimizar os riscos da depleção do ozônio. Outros exemplos, igualmente pertinentes, poderiam ser aduzidos, mas os casos aqui apresentados representam apenas uma amostra ilustrativa para nosso exame.

A análise desses casos revela um padrão consistente na instrumentalização da desinformação: a fabricação de falsas controvérsias científicas com o intuito de manipular a percepção pública e influenciar a formulação de políticas. A metáfora da “aldeia Potemkin científica” (*A scientific Potemkin Village*), cunhada por Conway e Oreskes (2010, p. 244, tradução nossa), é usada para ilustrar como essa estratégia de desinformação se baseia na construção de uma fachada convincente, porém superficial, de legitimidade científica para ocultar a fragilidade ou ausência de evidências. Nas palavras dos autores:

Uma estratégia-chave nas campanhas do comércio de dúvidas era criar a aparência de que as alegações promovidas eram científicas! A indústria do tabaco criou o Instituto do Tabaco para promover a pesquisa, mas seu propósito principal era desenvolver um quadro de especialistas que pudessem ser acionados em momentos de necessidade. A indústria também patrocinou conferências e workshops cujos artigos poderiam ser citados em nome da indústria, e eles criaram institutos adicionais para abordar tópicos aparentemente independentes, como o *Center for Indoor Air Research*, projetado para desviar a atenção do tabaco para outras causas de problemas pulmonares. O historiador Robert Proctor documentou recentemente a criação de boletins informativos, revistas e periódicos – incluindo periódicos com revisão ostensiva de pares – nos quais os resultados da pesquisa patrocinada pela indústria poderiam ser relatados, publicados e então citados, como se fossem independentes. Isso incluía o *Tobacco and Health*, *Science Fortnightly*, e o *Indoor Air Journal*. Era um simulacro da ciência, mas não a ciência em si (Conway; Oreskes, 2010, p. 244, tradução nossa).

A expressão *Potemkin Village* tem origem na história russa e se refere a um episódio histórico do século XVIII, durante o reinado de Katharina II, a Grande, quando o ministro Grigory Potemkin teria erigido aldeias cenográficas ao longo do rio Dnieper, na Ucrânia³, para simular prosperidade e progresso durante uma visita da imperatriz. A analogia com a desinformação científica reside na criação de uma ilusão de consenso e robustez científica, que mascara a manipulação de dados, a seleção de evidências (*cherry-picking*) e o financiamento de pesquisas com resultados predeterminados; ou seja, na criação de “institutos” e “pesquisas” de fachada, concebidos para simular legitimidade e rigor científico. A disseminação de dúvidas e incertezas, estrategicamente orquestrada, visa minar o consenso científico e confundir a opinião pública; a manipulação da mídia, por sua vez, amplifica a desinformação, conferindo-lhe uma aparência de credibilidade e alcance. Em seu texto sobre desinformação, o estudioso do negacionismo científico e filósofo do conhecimento Lee McIntyre (2023, p. 8) destaca a ameaça que a negação da realidade (*reality denial*) representa

³ É importante lembrar que a Ucrânia não era uma entidade política unificada na época, o território era dividido entre diferentes impérios; no século XVIII o território fazia parte do Império Russo.

para a democracia. O autor traça um paralelo entre as campanhas da indústria do tabaco e os esforços contemporâneos para semear dúvidas sobre as eleições e a ciência, demonstrando a continuidade histórica da negação estratégica. McIntyre explora os mecanismos de produção e amplificação da desinformação, bem como os fatores que tornam os indivíduos vulneráveis a vieses cognitivos. Segundo o autor, a crise epistemológica contemporânea não é um fenômeno acidental, mas sim o resultado de uma campanha coordenada por indivíduos e organizações com o objetivo de disseminar desinformação em massa. Essa campanha visa fomentar a dúvida, a divisão e a desconfiança, criando um exército de negacionistas que rejeitam a realidade fatural. A verdade, nesse contexto, não está simplesmente definhando, mas, antes, está sendo deliberadamente assassinada. Em suas próprias palavras, o autor expõe que:

Aqueles na mídia, governo, educação e o resto de nós precisamos parar de pensar em nossa atual crise epistemológica como se fosse algum tipo de acidente ou desastre natural. Em vez disso, é uma campanha coordenada por indivíduos e organizações identificáveis cujo objetivo é espalhar desinformação para as massas – a fim de fomentar a dúvida, a divisão e a desconfiança – e criar um exército de negacionistas. A verdade não está morrendo – está sendo assassinada (McIntyre 2023, p. 10, tradução nossa).

REDES (DES)INFORMACIONAIS

Outros meios de desinformação incluem: a proliferação de notícias falsas, a disseminação de teorias da conspiração e a veiculação de propaganda, frequentemente amplificadas por canais de mídia tradicionais ou *online*. As redes sociais, em particular, desempenham um papel central na propagação da desinformação, facilitando a disseminação rápida e generalizada de informações falsas. A arquitetura algorítmica dessas plataformas, projetada para maximizar o engajamento do usuário, prioriza o conteúdo sensacionalista e polarizador, independentemente de sua veracidade. A desinformação é ainda amplificada por campanhas coordenadas por *bots* e *trolls*⁴ que manipulam o debate público. A lógica do algoritmo busca otimizar o tempo de permanência do usuário e o número de interações (cliques, compartilhamentos, comentários), o que contribui para a priorização de conteúdo emocionalmente carregado e polarizador. Essa priorização, por sua vez, fomenta a

⁴ No contexto da desordem informacional, *bots* referem-se a programas de *software* automatizados que simulam a atividade humana em plataformas *online*, disseminando informações, amplificando mensagens ou manipulando o debate público. *Trolls*, por sua vez, são indivíduos reais que deliberadamente provocam e perturbam as interações *online*, disseminando conteúdo controverso ou ofensivo com o intuito de gerar discórdia e polarização.

disseminação da desinformação, que frequentemente explora o medo, a raiva e a desconfiança do público. Segundo Wardle e Derakhshan (2017, p. 24), a cada interação do usuário, seja um *like*, comentário ou compartilhamento, o cérebro libera uma pequena quantidade de dopamina. Esse mecanismo neuroquímico reforça o comportamento de compartilhamento, incentivando a busca por validação social e a perpetuação de um ciclo de engajamento. Como seres sociais, os usuários internalizam as normas e expectativas de seus círculos sociais, adaptando suas publicações para maximizar a aceitação e o reconhecimento. Os autores argumentam que a utilização da mídia popular para amplificar rumores e desinformação é um objetivo central dos manipuladores de informação. A amplificação, nesse contexto, é crucial para a disseminação da desinformação, que, sem ela, permaneceria circunscrita a pequenos grupos e não alcançaria o grande público. McIntyre (2023, p. 40) defende que a falta de policiamento eficaz de conteúdos falaciosos por parte das corporações de mídia social, mesmo que não intencionalmente, permite que desinformadores (*disinformers*) disseminem mensagens desinformativas, alcançando vastos segmentos da população. A amplificação algorítmica exacerba essa problemática, propagando conteúdo falacioso para usuários que, em circunstâncias distintas, não teriam sido expostos a tais informações. Embora as plataformas de mídia social tenham implementado medidas para mitigar a desinformação, como a remoção de contas fictícias e a sinalização de conteúdo duvidoso, McIntyre (2023, p. 29) aponta que tais esforços têm sido criticados por sua insuficiência e caráter reativo.

É importante observar que a amplificação algorítmica não opera isoladamente. A proliferação de fontes de notícias partidárias, a erosão da confiança nas instituições e a crescente polarização política constituem elementos que potencializam a desordem informacional. Nesse contexto, a análise da relação entre pós-verdade e desinformação proposta por McIntyre (2023, p. 17) revela a subordinação política da realidade, em que a verdade factual é relegada a um plano secundário em relação a crenças e emoções, manipuladas por agendas ideológicas e políticas. A pós-verdade, portanto, configura-se como um ambiente no qual a objetividade é sacrificada em prol da narrativa política. A desinformação, definida por Wardle e Derakhshan (2017, p. 33) como a disseminação intencional de informações falsas, desponta como ferramenta fundamental da pós-verdade: a disseminação estratégica de informações falsas visa manipular a opinião pública, semear a discórdia e minar a confiança em instituições e fontes de informação confiáveis, criando um terreno fértil para a proliferação de narrativas alternativas e a erosão da realidade factual. A relação simbiótica entre pós-verdade e desinformação manifesta-se no “manual pós-verdade”

proposto por McIntyre, que delinea as estratégias utilizadas para manipular a percepção pública e construir narrativas alternativas. Esse manual, em sua essência, consiste em:

Atacar os porta-vozes da verdade, mentir sobre tudo e qualquer coisa, fabricar desinformação, encorajar a desconfiança e a polarização, criar confusão e cinismo, e então alegar que a verdade só está disponível através do próprio líder. O objetivo não é apenas fazer com que as pessoas acreditem em qualquer afirmação falsa em particular, mas desmoralizá-las com um tsunami de falsidades a ponto de começarem a desistir da ideia de que a verdade pode ser de um contexto político (McIntyre, 2023, p. 8, tradução nossa).

Ou seja, ao inundar o espaço público com um volume massivo de informações falsas, meias-verdades e teorias da conspiração, os disseminadores de desinformação criam um ambiente de confusão e incerteza, em que a distinção entre fatos e ficção se torna progressivamente tênue. Nesse contexto, a verdade objetiva perde relevância, cedendo espaço para narrativas alternativas que se alinham com agendas políticas e ideológicas específicas. A Pós-Verdade, como conceito, encapsula essa subordinação da realidade factual aos interesses políticos, nos quais a validação empírica é substituída pela adesão a crenças e emoções manipuladas.

Destarte, faz-se mister a necessidade de compreender a estrutura da desordem informacional, a fim de mitigar seus impactos negativos e promover uma sociedade mais informada e coesa. Ao analisar seus mecanismos de disseminação e as estratégias para combatê-los, é possível proteger a saúde pública, fortalecer a democracia e promover a justiça social.

3 INFORMANDO-SE SOBRE A DESORDEM INFORMACIONAL

A elucidação da estrutura da desordem informacional demanda a análise do quadro conceitual proposto por Claire Wardle e Hossein Derakhshan, cujo relatório se configura como um instrumento para a compreensão e o combate eficaz desse fenômeno. A relevância desse quadro conceitual é intensificada no cenário tecnológico-social contemporâneo, caracterizado pelos autores Wardle e Derakhshan (2017, p. 15) como um:

[...] emaranhado digital de poluição informacional em escala global; uma complexa rede de motivações para criar, disseminar e consumir desinformação; uma infinidade de tipos de conteúdo e técnicas para amplificá-los; inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem tais conteúdos; e velocidades incríveis de comunicação entre pares [*peers*] confiáveis.

Os autores, ao tentarem entender uma dada instância da desordem informacional, propõem um modelo analítico que abrange três dimensões inter-relacionadas: terminologia, elementos constitutivos e fases de propagação (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 33):

I. Terminologia:

- a. Informação falsa (*MIS-INFORMATION*). Refere-se à disseminação de informações inverídicas sem a intenção deliberada de causar dano. Exemplos incluem legendas de fotos imprecisas, erros em datas, estatísticas ou traduções e a interpretação literal de sátiras;
- b. Desinformação (*DIS-INFORMATION*). Caracteriza-se pela disseminação intencional de informações falsas com o objetivo de causar dano. Conteúdos audiovisuais fabricados ou manipulados, teorias da conspiração e rumores deliberadamente criados se enquadram nessa categoria;
- c. Informação maliciosa (*MAL-INFORMATION*). Consiste na disseminação de informações genuínas com a intenção de causar dano, frequentemente por meio da exposição de informações privadas ao domínio público, como em casos de vingança pornográfica.

II. Elementos constitutivos:

- a. Agente. Refere-se aos atores que criam, produzem e disseminam a mensagem, bem como às suas motivações;
- b. Mensagem. Abrange o conteúdo, o formato e as características da mensagem;
- c. Intérprete. Diz respeito à forma como a mensagem é recebida e interpretada pelo público, bem como às ações subsequentes, caso tomadas.

III. Fases de propagação:

- a. Criação. A mensagem é concebida e elaborada;
- b. Produção. A mensagem é transformada em um produto de mídia, como um texto, imagem ou vídeo;
- c. Distribuição. A mensagem é disseminada por diferentes canais, como redes sociais, aplicativos de mensagens ou mídia tradicional.

Diante do exposto, nota-se que não basta identificar a desordem informacional, faz-se necessário assinalar sua estrutura (informação falsa, desinformação e informação maliciosa),

seus elementos e fases de propagação, bem como o estudo de estruturas subjacentes à desordem. Ora, mas isso é claro, a negligência na análise das razões estruturais subjacentes, como, por exemplo, as dinâmicas sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e políticas, constitui um grande equívoco metodológico. O relatório de Wardle e Derakhshan, que se fundamenta na obra de James Carey, destaca a importância da dimensão *ritualística* da comunicação. A comunicação, nesse sentido, não se limita à transmissão de informações, mas desempenha um papel fundamental na representação e na reafirmação de crenças compartilhadas. Como afirmam Wardle e Derakhshan (2017, p. 18), “não é apenas informação, mas *drama* – um retrato das forças que lutam no mundo”. A comunicação, portanto, é intrinsecamente performativa, moldada por normas sociais, expectativas culturais e dinâmicas de poder.

Tomemos como exemplo o primeiro encontro entre um casal, quando o silêncio pode gerar desconforto uma vez estar presente a necessidade de demonstrar interesse e estabelecer uma conexão emocional entre os pares. A comunicação desse interesse, no entanto, não pode se resumir à transmissão verbal de informações, mas envolve a interpretação de sinais não verbais, a construção de um íntimo diálogo e a busca por *feedback*. Essas dinâmicas, que permeiam a esfera social, influenciam a forma como os indivíduos interpretam e respondem também à desinformação. Não é novidade que amiúde o conteúdo desinformativo mais “bem-sucedido” seja aquele que explora as emoções, apelando para sentimentos de superioridade, raiva ou medo, utilizando-se de inteligências artificiais, *deepfakes* e outras formas de manipulação de fontes. Segundo o relatório de Wardle e Derakhshan (2017, p.15), as implicações das campanhas de desinformação, a longo prazo, são mais preocupantes, pois “são destinadas especificamente a semear desconfiança e confusão, além de aguçar as divisões socioculturais existentes, usando tensões nacionalistas, étnicas, raciais e religiosas”.

Portanto, a desinformação manifesta-se por meio de um espectro de estratégias, que abrangem desde a criação e disseminação de notícias falsas até a manipulação de informações verídicas com o intuito de induzir ao erro, todas caracterizando-se como poluição epistêmica que, *lato sensu*, refere-se à contaminação do ambiente informacional por informações irrelevantes, enganosas ou maliciosas, o que dificultaria a distinção entre fatos e rumores, comprometendo a capacidade de discernimento – e por extensão, do esclarecimento – do indivíduo. Levy (2022, p. 15, tradução nossa) argumenta que o ambiente epistêmico exerce uma influência na formação de crenças.

Considere, por exemplo, as dicas que usamos para decidir quanto peso dar ao testemunho. Algumas dessas dicas são óbvias: por exemplo, pesamos o testemunho daqueles que percebemos como especialistas mais pesadamente do que o testemunho daqueles que percebemos como menos especialistas, e pesamos o testemunho de várias fontes mais pesadamente do que o testemunho de um indivíduo solitário. Apenas um pouco menos obviamente, pesamos o testemunho daqueles que percebemos como compartilhando nossos valores mais pesadamente do que daqueles que percebemos como malévolos ou como oponentes ideológicos. Dados esses fatos, uma maneira importante de melhorar as crenças das pessoas é por meio da atenção a esses tipos de dicas. Podemos melhorar a formação de crenças por meio do que chamaremos de engenharia epistêmica: a gestão do ambiente epistêmico. Por exemplo, podemos tomar cuidado para garantir que pessoas que carecem de expertise não possam facilmente dar a si mesmas uma aparência imerecida de expertise.

Nesse contexto, a “engenharia epistêmica: a gestão do ambiente epistêmico”, proposta por Levy, desponta como uma estratégia para acurar a formação de crenças por meio da gestão de um ambiente informacional que favoreça a disseminação de informações confiáveis e a formação de crenças racionais. Essa abordagem pode envolver a promoção da transparência nas fontes de informação, a regulação das plataformas digitais e o fomento do debate público sobre a ética da informação.

CONCEITOS

A analogia entre a poluição ambiental e a poluição informacional revela-se pertinente uma vez que ambas comprometem a saúde e o bem-estar. Assim como a contaminação do ar e da água prejudica a saúde humana, a desinformação contamina o ambiente informacional, dificultando a distinção entre informações confiáveis e não confiáveis. A elucidação da desordem informacional e a mitigação de seus efeitos adversos exigem a compreensão de conceitos-chave que capacitem os indivíduos a (I) avaliar criticamente as informações, analisar a credibilidade das fontes, verificar a precisão dos dados e identificar vieses cognitivos; (II) reconhecer a influência do ambiente informacional, buscando compreender como as plataformas digitais, os algoritmos e as redes sociais moldam as crenças e percepções; e (III) buscar resistir a técnicas de manipulação, identificando e neutralizando estratégias de desinformação, como a criação de narrativas falsas, a exploração de emoções e a manipulação de dados.

Claire e Hossein dedicam o capítulo 2 do seu relatório inteiramente aos conceitos de filtros de bolhas e câmaras de eco. Os filtros de bolhas, resultantes da personalização algorítmica dos *feeds* de notícias e resultados de pesquisa, restringem a exposição dos

usuários a informações que divergem de suas preferências e crenças. A personalização, embora aparente, oferece conveniência, pode levar à homogeneização do consumo informacional. As câmaras de eco, por sua vez, caracterizam-se pela exposição exclusiva a opiniões e ideias que corroboram as visões de mundo preexistentes dos usuários. Plataformas como Facebook, WhatsApp, Telegram, X (antigo Twitter), TikTok, Instagram, Netflix, Amazon Prime, Apple TV, HBO e Spotify, entre outras, contribuem para a perpetuação das câmaras de eco ao priorizar o conteúdo que se alinha com os interesses e preferências dos usuários, tanto no âmbito político quanto cultural. Ao analisarem a questão, Wardle e Derakhshan (2017, p. 7) destacam que

A influência dos filtros de bolhas e das câmaras de eco é amplificada pela fragmentação algorítmica que altera os resultados dos mecanismos de busca, distorce resultados de enquetes e pesquisas e consegue impulsionar certas mensagens nas mídias sociais com propósitos eleitorais ou de propaganda.

Por sua vez, o *astroturfing* – outra conhecida estratégia de manipulação da opinião pública – consiste na ocultação dos patrocinadores de uma mensagem, atividade ou organização, seja ela de natureza política, publicitária, religiosa ou outra. Essa prática visa criar a ilusão de um movimento popular autônomo, quando, na realidade, a iniciativa é orquestrada e controlada por um grupo ou organização oculta. A terminologia *astroturfing* deriva da marca de grama artificial *AstroTurf*, que simula a aparência de um gramado natural. A analogia reside na criação de uma fachada de apoio popular, que mascara a origem artificial e manipulada da mensagem. O *Manual para educação e treinamento em jornalismo* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 118) destaca que o *astroturfing* envolve a disseminação de informações falsas, direcionado a audiências e jornalistas com o intuito de manipular suas percepções. A criação de “evidências” de apoio popular a uma pessoa, ideia ou política é uma tática comum nessa estratégia.

Segundo o manual, o *astroturfing* pode ser utilizado para:

- I. Manipular a mídia: a criação de perfis falsos em redes sociais, *websites* e *blogs*, que simulam apoio popular a uma narrativa específica, visa convencer jornalistas a cobrirem determinados assuntos sob uma ótica favorável à agenda desejada. A apresentação de informações falsas como se fossem provenientes de fontes confiáveis e independentes explora a ética jornalística.

- II. Influenciar a opinião pública: a simulação de manifestações, abaixo-assinados e outras formas de ativismo *online* cria a falsa impressão de que determinada política, ideia ou pessoa possui grande apoio popular. Essa estratégia visa influenciar a opinião pública e pressionar tomadores de decisão, legitimando agendas e silenciando vozes críticas.

O relatório de Wardle e Derakhshan (2017, p. 8) ilustra a prática do *astroturfing* por meio do caso da reação à eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Nesse episódio, manifestantes bloquearam estradas, simulando serem caminhoneiros autônomos, quando, na realidade, eram financiados por empresas e organizações que buscavam subverter o resultado eleitoral. A proliferação de *bots* e a contratação de indivíduos para interagir em redes sociais intensificam a dificuldade de distinguir entre apoio genuíno e manipulação orquestrada.

SOLUÇÕES? MEDIDAS

Diante desse cenário, torna-se imperativo o desenvolvimento e a implementação de estratégias abrangentes que visem mitigar os efeitos da desordem informacional. Tais estratégias devem contemplar desde a regulação das plataformas digitais até o fortalecimento da autonomia individual, passando pela promoção da educação midiática e informacional e pelo estímulo à colaboração intersetorial, que envolve diferentes setores da sociedade. A natureza dinâmica e evolutiva da desordem informacional exige uma abordagem adaptável, capaz de acompanhar as transformações do ambiente informacional. A pesquisa contínua, a avaliação de impacto e a revisão constante das estratégias são fundamentais para acurar a eficácia das medidas, se implementadas. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), o único grande desenvolvimento real visto em relação à regulação das redes sociais, visando aumentar a responsabilização das plataformas pelo conteúdo amplificado por seus algoritmos, foi

[...] a aprovação de legislação na Alemanha que aplica multas às plataformas por hospedar conteúdo ilícito, incluindo difamação e incitação ao ódio, em caso de não remover tais posts dentro de 24 horas. Há discussões sérias em Singapura sobre a aprovação de uma lei semelhante (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 75).

McIntyre (2023, p. 35) propõe a revisão da seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações dos EUA, que isenta as plataformas de responsabilidade por conteúdo de

terceiros. Tal revisão pode ser uma boa estratégia para incentivar as empresas de mídia social a policiar a desinformação de forma mais eficaz, assim como fazem com a moderação de outros conteúdos nocivos, como pornografia e incitação à violência. Adicionalmente, pressionar pela transparência dos algoritmos é fundamental para a compreensão dos mecanismos de amplificação da desinformação: a abertura dos algoritmos permitiria a análise crítica de seus impactos na disseminação de informações falsas e a identificação de possíveis vieses e manipulações.

O combate à amplificação deve ser, portanto, uma estratégia prioritária, concentrando esforços para coibir os principais disseminadores de desinformação, indivíduos ou grupos que atuam como amplificadores, ao invés de focar apenas na remoção de conteúdo falso – o que se mostra uma tarefa quase impossível dada a escala da desinformação *online*. Uma das estratégias propostas é a *deplatform*, que consiste no banimento de disseminadores de desinformação das redes sociais⁵, como demonstrado no pedido do CEO da Apple, Tim Cook, por um Anúncio de Serviço Público (*Public Service Announcement*) sobre desinformação. Ou seja, “novos marcadores para identificar diferentes tipos de conteúdo em plataformas sociais, programas sistemáticos para derrubar contas de bots [...]” (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 75). A remoção de amplificadores de alto impacto interrompe a propagação viral de conteúdo falso e reduz a exposição do público a narrativas desinformativas. Adicionalmente, as plataformas de mídia social podem desempenhar um papel determinante na mitigação da desinformação por meio da modificação de seus algoritmos. A priorização da qualidade da informação em detrimento do engajamento a qualquer custo, a promoção de fontes confiáveis e a implementação de mecanismos de verificação de fatos são estratégias que podem reduzir a amplificação de conteúdo falacioso e promover um ambiente informacional mais confiável.

Durante todo o relatório de Wardle e Derakhshan, enfatiza-se a importância de equipar os indivíduos com ferramentas, capacitando-os a discernir e resistir à desinformação, bem como a engajar-se em diálogos construtivos com aqueles que disseminam informações falsas. A estratégia de *prebunking* (ou pré-desmistificação), como citada na obra de McIntyre (2023, p. 41), configura-se como uma boa abordagem contra a desinformação, expondo os indivíduos a técnicas comuns (heurísticas) e ensinando-os a reconhecer e refutar tais táticas. A pré-desmistificação visa inocular os indivíduos contra a manipulação, fortalecendo sua capacidade de análise crítica. Ademais, a promoção do diálogo respeitoso e da empatia ao interagir com

⁵ Essa definição considera tanto *bots* e *trolls* quanto contas pessoais de agentes de desinformação.

indivíduos que disseminam informações falsas é importante para a redução da polarização. A compreensão das motivações subjacentes à disseminação de desinformação, como o medo, a raiva ou a desconfiança, permite a construção de um diálogo mais eficaz.

No âmbito jornalístico, a divulgação de narrativas falsas e a exposição dos atores por trás delas podem, paradoxalmente, amplificar a desinformação, fornecendo “oxigênio” a rumores e conteúdos fabricados que, de outra forma, permaneceriam confinados a comunidades *online* de nicho. Segundo o manual da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 94), “o jornalismo pode se transformar em um vetor para tornar falsidade sem verdades, cobrindo-as sem crítica”. Nesse contexto, a adoção de um “silêncio estratégico” merece consideração. Essa heurística nasce da decisão de não fornecer fôlego adicional a certas narrativas, rumores ou conteúdos visuais problemáticos que não estejam ganhando força. A indústria jornalística, em colaboração com outros setores da sociedade, deve promover debates interprofissionais para avaliar o impacto da cobertura da desinformação e estabelecer critérios para a divulgação de rumores e conteúdos fabricados. O relatório de Wardle e Derakhshan (2017, p. 84) defende a realização de reuniões interprofissionais, envolvendo editores seniores e outros profissionais da área, permitindo a discussão sobre a necessidade de estabelecer um consenso compartilhado sobre um ponto a partir do qual um rumor ou conteúdo fabricado ultrapassaria sua comunidade *online* de nicho e atingiria um público mais amplo se publicado.

O manual desenvolvido pela UNESCO aborda os desafios impostos pela desinformação, informação falsa e má-informação no contexto da indústria jornalística em transformação, apresentando um modelo de curso, estruturado em módulos, que visa capacitar jornalistas e estudantes de jornalismo a navegar no complexo cenário informacional contemporâneo. O modelo de curso abrange desde os fundamentos da verdade e da confiança no jornalismo até técnicas avançadas de verificação de fatos e conteúdo visual, bem como estratégias para combater o abuso *online*. Durante a extensão do curso, a ênfase na Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 76) – “uma habilidade cada vez mais essencial para a vida” – reflete a necessidade de fortalecer a capacidade dos profissionais da área de discernir informações confiáveis e de combater a disseminação de desinformação. Ao reunir “a contribuição de [...] educadores, pesquisadores e pensadores do jornalismo internacional que estão ajudando a atualizar o método e a prática do jornalismo [...]” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 15), o objetivo primordial do manual

é fornecer aos jornalistas e estudantes as ferramentas necessárias para exercerem seu papel essencial na sociedade, promovendo a transparência, a responsabilidade e a ética na produção e disseminação de informações. O Módulo 4 do curso, intitulado “Combate à Desinformação e à Informação Incorreta por meio da Alfabetização Midiática e Informacional” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018, p. 76), trata das funções cruciais da AMI na mitigação da desordem informacional. Suas funções, conforme apresentadas no referido módulo, abrangem:

- I. Discernimento entre informação confiável e não confiável: a AMI instrumentaliza os indivíduos na identificação de diferentes tipos de conteúdo, permitindo o reconhecimento das características distintivas do jornalismo profissional e ético, e a diferenciação deste de informações falsas ou enganosas disfarçadas de notícias.
- II. Compreensão do funcionamento da mídia e suas influências: a AMI não se limita a ensinar os alunos a identificar notícias falsas, ela promove a compreensão abrangente do funcionamento da mídia, incluindo seus modelos de negócios, pressões editoriais e agendas políticas que influenciam a produção de conteúdo. Essa compreensão capacita os indivíduos a avaliar criticamente a informação, considerando os diversos interesses em jogo e desenvolvendo um olhar cético e reflexivo.
- III. Identificação e resistência a técnicas de manipulação: a AMI desenvolve habilidades para reconhecer e resistir a técnicas comuns de desinformação, como o apelo emocional, o uso de vieses de confirmação e a disseminação de boatos.

É fulcral reconhecer que as medidas de combate à desordem informacional, embora indispensáveis, não configuram uma solução para a complexidade do fenômeno. As medidas implementadas, como a promoção da AMI, a regulação das plataformas digitais e o fomento do debate público sobre a ética da informação, parecem contribuir apenas para o fortalecimento do criticismo individual e para a promoção da participação cidadã. A colaboração intersetorial envolvendo governos, empresas, organizações da sociedade civil e a própria academia é essencial para a construção de um ambiente informacional mais resistente à desinformação.

4 POR FAVOR, NÃO LEIAM JORNAIS! (CONTRA A ACUMULAÇÃO PASSIVA DE INFORMAÇÕES)

Embora a obra de Nassim Nicholas Taleb (2015) não se dedique à análise da desordem informacional sob a ótica da disseminação de desinformação, seus escritos oferecem

interpretações analíticas que poderiam enriquecer significativamente o debate sobre esse fenômeno. A exploração de conceitos como incerteza, aleatoriedade e a propensão humana à construção de narrativas simplificadas iluminam os mecanismos cognitivos que influenciam a percepção e a aceitação da desinformação. Ademais, a ênfase conferida por Taleb à necessidade de ceticismo e pensamento crítico ressalta a importância de tais habilidades no contexto da desordem informacional, suscitando uma abordagem epistemologicamente rigorosa na avaliação da informação. Entre as possíveis contribuições, duas serão aqui enfatizadas: o conceito de “falácia narrativa” e a distinção entre informação e conhecimento⁶.

Em seu livro *A lógica do cisne negro*, Taleb (2015) postula que a cognição humana é congenitamente inclinada à construção de narrativas como mecanismo de atribuição de sentido ao mundo. Para o autor,

O problema da narratividade, apesar de extensamente estudado em uma de suas versões pelos psicólogos, não é tão “psicológico”: alguma coisa na maneira pela qual disciplinas são designadas mascara o fato de que é, de maneira mais geral, um problema de informação (Taleb, 2015, p. 111).

Taleb denomina essa propensão informacional de “falácia narrativa”, a tendência humana de criar histórias ou explicações simplificadas e sintetizadas para sequências de eventos, mesmo quando estes são aleatórios ou desprovidos de causalidade evidente. “Nós gostamos de histórias, gostamos de resumir e gostamos de simplificar, ou seja, de reduzir a dimensão das questões” (Taleb, 2015, p. 111). Essa simplificação excessiva, segundo o autor, distorce a representação mental da realidade, comprometendo a capacidade de avaliação crítica da informação. No contexto da desordem informacional, a falácia narrativa manifesta-se na suscetibilidade a informações falsas que se alinham com crenças preexistentes ou narrativas confortáveis, independentemente da solidez das evidências. A propensão a narrativas coerentes e simplificadas torna os indivíduos vulneráveis aos vieses de confirmação, extensamente explorados por filtros de bolhas e câmaras de eco.

Em sua obra *Antifragil*, Taleb (2020), ao examinar a dicotomia entre informação e conhecimento, observa que a sobrecarga informacional (ruído) característica da modernidade está transformando a psique humana, conduzindo indivíduos a um estado de neuroticismo. Nessa perspectiva, eles deixam “de ser o segundo tipo de indivíduo, estável e sereno, e

⁶ Embora outros conceitos da sua obra, como o “problema da indução”, a “falácia lúdica” e aquilo que ele chama de “epistemologia subtrativa”, sejam ideias que, se aplicadas ao contexto da desordem informacional, podem auxiliar, e muito, na promoção de uma análise crítica da informação e na identificação de vieses cognitivos.

passam a ser o primeiro, o neurótico” (Taleb, 2020, p. 156). Para Taleb, a informação, concebida como dados brutos, fatos isolados e detalhes, prolifera na era digital, resultando em indivíduos que acumulam uma vasta quantidade de informações sem, contudo, alcançar uma compreensão profunda da complexidade do mundo:

A superposição entre jornais era tão grande que, quanto mais se lia, menos informação se tinha. Ainda assim, todos estavam tão ansiosos por familiarizarem-se com cada fato que liam todos os documentos recém-impressos e ouviam todas as estações de rádio como se a grande resposta fosse ser revelada a eles no próximo boletim (Taleb, 2015, p. 47).

Essa acumulação passiva de informação, desprovida de análise crítica e internalização, não garante a capacidade de distinguir fatos de desinformação, nem prever ou compreender eventos complexos. Essa perspectiva ressoa com os princípios da alfabetização midiática, que procura alcançar a superação do mero consumo de informação em prol do processamento crítico. Em resumo, a sobrecarga informacional, mesmo quando composta por informações verídicas, pode ser prejudicial, obscurecendo a capacidade de discernimento e reflexão, promovendo indiretamente a vulnerabilidade à desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o presente estudo teve como objetivo geral a análise da desinformação em suas dimensões epistemológicas e políticas, visando à compreensão de como ela obstrui o esclarecimento e a autonomia dos indivíduos no ambiente informacional contemporâneo. Ademais, a pesquisa investigou os mecanismos que impulsionam a disseminação da desinformação, com especial atenção à arquitetura das redes sociais e aos algoritmos que modulam o fluxo de informações. A investigação propôs a exploração da estrutura da desordem informacional, tal como formulada por Wardle e Derakhshan, apresentando um modelo analítico que abarca a terminologia (informação falsa, desinformação, informação maliciosa), os elementos constitutivos do fenômeno (agente, mensagem, intérprete) e as fases de propagação (criação, produção, distribuição).

A pesquisa conclui que a desinformação configura-se como um instrumento da pós-verdade, na qual a verdade factual é subjugada a crenças e emoções manipuladas com fins ideológicos e políticos. Nesse contexto, a ciência tem sido instrumentalizada para atender a agendas políticas e econômicas, por meio de práticas como a censura, a manipulação de dados

e a promoção de narrativas pseudocientíficas. No que concerne às redes (des)informativas, a pesquisa evidenciou o papel central das redes sociais na propagação da desinformação. A lógica algorítmica, que prioriza conteúdo emocionalmente carregado e polarizador, favorece a disseminação de desinformação. A ausência de um policiamento eficaz de conteúdo falso por parte das plataformas contribui para a exacerbação desse problema. Mostrou-se como os algoritmos, projetados para maximizar o engajamento do usuário, podem criar “câmaras de eco” e “filtros de bolhas”, ambientes informativos nos quais os indivíduos são expostos apenas a informações que corroboram suas crenças preexistentes, isolando-os de perspectivas divergentes.

Como medida de mitigação da desinformação, a pesquisa apontou para a exigência de estratégias abrangentes que visem atenuar os efeitos da desordem informacional. Tais estratégias incluem a regulação das plataformas digitais, o fortalecimento da autonomia individual por meio da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e a colaboração intersetorial. Particular ênfase é conferida à AMI, que, embora tradicionalmente voltada para o âmbito jornalístico, revela-se como um dos instrumentos mais importantes no desenvolvimento da capacidade de discernimento e resistência à desinformação, aplicável a qualquer indivíduo que busque uma informação de maior qualidade. O desenvolvimento das habilidades para o discernimento entre informação confiável e não confiável, a compreensão do funcionamento da mídia e suas influências, e a identificação e resistência a técnicas de manipulação, todas promovidas pela AMI, configuram-se como medidas eficazes, senão a mais eficaz, no combate à desinformação. A lógica formal, por si só, demonstrou-se insuficiente para enfrentar a desinformação.

Ao revisitar e problematizar o ideal de esclarecimento no contexto da desordem informacional, constatou-se que a proliferação de informações falaciosas dificulta o exercício do pensamento autônomo e perpetua a dependência intelectual, uma vez que a formação de crenças, fortemente influenciada pelo ambiente informacional, não possa ser interpretada como mera irracionalidade. O reconhecimento da influência do ambiente informacional na formação de crenças encontra paralelo na descrição kantiana de como a preguiça e a covardia conduzem os indivíduos à menoridade. É “tão cômodo ser menor” (Kant, 1985, p. 100) quando se pode delegar o pensamento a instâncias externas, como livros, diretores espirituais ou especialistas, fomentando, assim, a passividade intelectual. A influência da atuação de “tutores” aliada à criação de um ambiente de conforto moldam nossas crenças sem o exercício ativo do entendimento, desencorajando o pensamento independente. A consciência dessa

influência constitui o primeiro passo para a emancipação intelectual e a busca por uma compreensão autônoma da realidade. A adoção de uma postura investigativa que compreenda o desenvolvimento da capacidade de avaliação crítica das fontes de informação, o reconhecimento da influência do ambiente informacional na formação de crenças, o questionamento da credibilidade das fontes, a verificação dos fatos e a consideração de diferentes perspectivas configura-se como a aplicação prática do esclarecimento kantiano. Kant critica os preceitos e fórmulas, denuncia-os como instrumentos mecânicos do uso racional que aprisionam o indivíduo em uma perpétua menoridade; a postura investigativa ativa, ao contrário, rompe com essa passividade, promovendo a busca ativa pela verdade por meio da análise e da consideração de diversas informações, em detrimento da aceitação acrítica do que é apresentado.

Nesse contexto, a desordem informacional manifesta-se como um agravante da menoridade intelectual, poluindo o ambiente epistêmico com a proliferação de informações falaciosas, desinformação e informação maliciosa. Tal cenário dificulta o exercício do entendimento autônomo, perpetuando a dependência intelectual e a submissão a narrativas manipuladas. A desinformação, portanto, compromete a capacidade dos indivíduos de formarem crenças racionais e de tomarem decisões informadas. Reitera-se, portanto, que a luta contra a desinformação configura-se, antes de tudo, como uma luta pela defesa do esclarecimento e da autonomia individual.

REFERÊNCIAS

CONWAY, Erik M.; ORESKES, Naomi. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. New York: Bloomsbury Press, 2010.

KANT, Immanuel. **Que é esclarecimento?** In: KANT, Immanuel. Textos Seletos. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEVY, N. **Bad beliefs**: why they happen to good people. Oxford: Oxford University Press, 2022.

MCINTYRE, Lee C. **On disinformation**: how to fight for truth and protect democracy. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (ed.). [S. l.]: UNESCO, 2018.

TALEB, Nassim Nicholas. **Anti-frágil**: coisas que se beneficiam com o caos. Tradução de Renato Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro**: o impacto do altamente improvável. Tradução: Marcelo Schild. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Tradução de Pedro Caetano Filho e Abílio Rodrigues. 2. ed. Paris: [s. n.], 2017.

YOURISH, Karen *et al.* These words are disappearing in the new Trump administration. **New York Times**, Nova Iorque, 7 mar., 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2025/03/07/us/trump-federal-agencies-websites-words-dei.html>. Acesso em: 12 de mar. 2025.